

Uma crítica pós-afluência - Jeremy Brecher

Link: <https://libcom.org/library/post-affluence-critique>

Original: <https://files.libcom.org/files/2022-11/Root%20and%20Branch%204.pdf>

Post-Scarcity Anarchism, de Murray Bookchin (Ramparts Press, 1971), resenhado por Jeremy Brecher, Root & Branch No. 4 (1973), pp. 7-22.

I

Ao longo da década de 1960, os temas de retorno à natureza, hostilidade aos produtos sintéticos, anti-"consumismo", dissolução de restrições e papéis sexuais, comunidade e tribalismo, exploração interna por meio de drogas e outros meios, todos se difundiram entre os jovens universitários e desistentes, e foram repetidos por muitos jovens profissionais - todos sustentados por um descontentamento com os papéis estabelecidos que lhes eram atribuídos pela sociedade atual. Sua experimentação foi possível graças à sua relativa riqueza e segurança econômica. Isso os colocou em contraste direto com a geração que havia sido marcada pelos rigores econômicos da Grande Depressão e com seus contemporâneos, para os quais o trabalho era um pré-requisito para a sobrevivência.

No final da década de 1960, o descontentamento permanecia, mas grande parte das oportunidades de experimentação havia desaparecido. Os alunos começaram a se esforçar para tirar notas e evitaram atividades políticas que poderiam levá-los à expulsão da escola; os desistentes, que não conseguiam mais viver das sobras de uma economia em expansão, foram forçados a procurar emprego e enfrentar os problemas de qualquer outro trabalhador. A exuberância romântica e o senso de possibilidade que marcaram a década de 1960 tornaram-se uma questão histórica.

Os ensaios de Murray Bookchin, publicados na revista *Anarchos* de 1965 a 1970 e reunidos aqui, formam um dos melhores produtos dessa história. Um olhar cuidadoso sobre eles revelará muito sobre os limites do pensamento radical naquele período e sobre as contribuições que ainda serão úteis nos tempos mais difíceis que virão.

O argumento central de Bookchin é o seguinte. As últimas três décadas, e especialmente o final dos anos 1950, marcam uma virada tecnológica que nega todos os valores e programas sociais da história anterior, tornando possível uma era ao mesmo tempo materialmente abundante e praticamente livre de trabalho. Os jovens, ao se darem conta disso, começaram a adotar um estilo de vida totalmente novo, eliminando todas as atitudes repressivas e instituições hierárquicas anteriormente necessárias devido à escassez e à necessidade de trabalhar. Uma nova visão de como a sociedade poderia ser está tornando a labuta e a renúncia da sociedade atual cada vez mais intoleráveis para pessoas de todas as classes, especialmente para os jovens. Tumultos, crimes e outras formas de rebelião por parte das classes menos favorecidas, que intuitivamente rejeitam os valores, as formas, as aspirações e as instituições da ordem estabelecida, tornam-se crônicos. Ao mesmo tempo, a destruição do ambiente natural por uma sociedade hierárquica ameaça destruir toda a "pirâmide biótica" da qual depende a vida humana.

Bookchin espera que uma revolução popular maciça, semelhante a uma versão ampliada do levante francês de maio de 1968, surja dessas contradições. As assembleias de bairro, estimuladas por jovens desistentes, assumiriam a direção da sociedade em uma base descentralizada. As pessoas deixariam as cidades e as fábricas para fundar comunidades autônomas e presenciais no campo, que se tornariam a nova unidade da sociedade. Elas seriam cuidadosamente adaptadas à ecologia local e utilizariam uma nova tecnologia automatizada de pequena escala para atender às necessidades da comunidade e, ao mesmo tempo, eliminar o trabalho. Nesse processo, os seres humanos não apenas se tornariam livres, mas também membros completos de uma sociedade completa, satisfazendo seus desejos em todas as esferas da vida.

O argumento de Bookchin sobrepõe uma dialética revolucionária a uma série de temas que estavam "no ar" durante a década de 1960. Essas ideias estavam refletidas em muitos dos best-sellers do período. A ideia de que vivemos pela primeira vez em uma sociedade em que o problema da escassez material foi amplamente superado foi popularizada em *The Affluent Society*, de J.K. Galbraith. A ideia de que, em resposta, os jovens desenvolveram um novo estilo de vida que está transformando completamente a sociedade foi amplamente divulgada em *The Greening of America*, de Charles Reich. A ameaça de um desastre ecológico tem sido cada vez mais levada à consciência pública desde a publicação de *Silent Spring*, de Rachel Carson. O Anarquismo

Pós-Escassez é uma tentativa de integrar essa matriz de ideias à tradição do anarquismo de esquerda.

Há muito neste livro que é válido, útil e importante. Bookchin argumenta de forma persuasiva que os vários partidos socialistas e comunistas se tornaram um importante apoio à sociedade hierárquica e que, internamente, eles promovem uma estrutura institucional e de caráter que reproduz os piores aspectos da sociedade à qual afirmam se opor. Ele mostra como a visão dos radicais tem sido limitada e como eles não conseguiram oferecer uma alternativa real à atual opressão da vida. Igualmente importante, ele faz muitas propostas que, no mínimo, estimularão muita discussão sobre as possibilidades reais de eliminar o trabalho, a dominação, a hierarquia, a autoridade e a repressão. Esta resenha pretende ser uma contribuição para essa discussão. Ela se concentrará em dois dos argumentos de Bookchin: que uma sociedade alternativa deve se basear em comunidades independentes e face a face e que não podemos mais pensar em revolução em termos da classe trabalhadora.

II

Um dos objetivos mais importantes de Bookchin neste livro é introduzir uma dimensão ecológica na teoria social. Ele faz isso em "Ecology and Revolutionary Thought" (Ecologia e Pensamento Revolucionário), um ensaio publicado na Anarchos antes de qualquer outro neste volume. Como esse ensaio também apresenta um de seus principais argumentos para uma sociedade de comunidades descentralizadas, ele servirá como um ponto de partida útil para nossa discussão sobre esse último.

O desenvolvimento humano tem sido visto com frequência como um aumento constante do poder da humanidade de dominar a natureza. No entanto, esse poder é autodestrutivo se destruir os próprios aspectos da natureza dos quais a vida humana depende. De fato, a ideia de poder sobre a natureza é inerentemente ilusória, pois não importa o que façamos, a natureza segue suas próprias leis. O progresso humano, na verdade, está na cooperação cada vez mais perfeita com a natureza, integrando suas leis aos nossos próprios propósitos. Na medida em que ignoramos isso - e Bookchin mostra que essa medida é muito grande - a natureza se vinga de nós. Se a humanidade quiser sobreviver,

deverá inverter a direção e promover, em vez de destruir, os sistemas naturais dos quais depende.

Bookchin argumenta que a maneira de fazer isso é eliminar as cidades, as fábricas e a especialização e centralização econômicas, substituindo-as por "comunidades ecológicas", baseadas nos recursos naturais da localidade em questão. A pecuária e a agricultura intensiva em estilo de jardim, cuidadosamente adotadas para os solos e contornos da região, substituiriam as vastas fazendas industriais de hoje. Pequenas fábricas que não perturbassem o meio ambiente supririam as necessidades locais sem grandes indústrias nacionais. Em tudo isso, Bookchin reflete a hostilidade em relação à produção em larga escala e o desejo de "voltar à natureza" que marcou a cultura jovem dos anos 1960.

Muitas das propostas concretas de Bookchin para melhorar o equilíbrio da humanidade com a natureza têm mérito, mas ele deixa passar um aspecto básico do problema. Ele propõe sensatamente que nosso objetivo seja "gerenciar" (em contraste com dominar) a biosfera. Mas isso simplesmente não pode ser feito por comunidades separadas e isoladas. Um dos princípios fundamentais da ecologia, e de fato de toda a biologia, é que todos os sistemas biológicos têm vários níveis de organização. Por exemplo, os organismos de um microambiente específico dependem diretamente uns dos outros para o suprimento de alimentos e a regulação do tamanho da população. Mas, em um nível totalmente diferente, todos os organismos dependem da transformação de dióxido de carbono em oxigênio por toda a população de plantas da Terra e da transformação reversa de oxigênio em dióxido de carbono pelos animais. A manutenção de uma biosfera viável depende não apenas de uma ecologia local equilibrada, mas de um equilíbrio total entre os vários elementos da natureza, incluindo a humanidade como um todo. Se, como argumenta Bookchin, devemos "gerenciar" a biosfera, isso não pode ser feito apenas com base em comunidades separadas e independentes. Na verdade, isso exige coordenação em escala mundial.

Há poucos motivos para pensar que essas comunidades se absteriam de atividades cujas consequências ecológicas nefastas recairiam sobre outros e não sobre elas mesmas. O que impediria a continuação da situação atual, descrita pela música de Tom Leher, na qual

"O lixo do café da manhã

Eles despejam em Troy

Você beberá no almoço

Em Perth Amboy".

Porque, na realidade, nenhuma comunidade pode ser uma ilha, inteira em si mesma. Não há como escapar das consequências das ações dos outros. De fato, essa interdependência é a lição central da ecologia: Bookchin a enfatiza em alguns pontos, mas a ignora quando ela contradiz seu programa. Suas propostas restabeleceriam a situação atual, na qual grupos especiais podem realizar ações que nos afetam, mas sobre as quais não temos controle.

Esse poder de grupos separados também permearia as relações econômicas. Os recursos naturais de diferentes áreas são muito desiguais, de modo que o resultado inevitável das propostas de Bookchin seria uma nova estratificação de comunidades ricas e pobres. Isso, por sua vez, geraria uma nova luta entre as comunidades para reivindicar os recursos ou o produto social. Bookchin se baseia na moralidade aprimorada de uma sociedade anarquista para evitar o ressurgimento da desigualdade. "Os homens livres não serão gananciosos", escreve ele, "uma comunidade liberada não tentará dominar outra porque tem o monopólio potencial do cobre, os especialistas em computadores não tentarão escravizar os macacos engraxates". Parece um canção fino sobre o qual basear uma sociedade livre e igualitária, especialmente porque uma grande proporção de comunidades careceria de recursos absolutamente essenciais e seria forçada a privações severas ou a pilhagem se as outras fossem menos generosas do que Bookchin espera. Curiosamente, foram exatamente as diferenças entre os recursos e o desenvolvimento em várias regiões que levaram ao ressurgimento de conflitos entre as diferentes nacionalidades da economia "descentralizada" da Iugoslávia.

Deixando de lado esses possíveis efeitos colaterais, a questão continua sendo se uma sociedade de comunidades independentes é viável em um padrão de vida aceitável. Qualquer sociedade deve organizar os recursos naturais, a mão de obra e a tecnologia de modo a garantir a continuidade de sua vida - caso contrário, ela deixará de existir. Já apontamos algumas das dificuldades que essa sociedade teria com relação aos recursos.

Em seguida, abordaremos a organização da mão de obra e, depois, o problema da tecnologia.

Um problema crítico da proposta de Bookchin está na interdependência do processo de produção. Para fabricar qualquer produto, é necessário ter dezenas ou, em muitos casos, milhares de itens que são produto de um processo de produção anterior. De fato, Bookchin reconhece que, por exemplo, por trás de "um único metro de fiação elétrica de alta qualidade há uma mina de cobre, o maquinário necessário para operá-la, uma fábrica para produzir material isolante, um complexo de fundição e moldagem de cobre, um sistema de transporte para distribuir a fiação - e por trás de cada um desses complexos há outras minas, fábricas, oficinas mecânicas e assim por diante". Mas centenas de objetos que compõem um padrão de vida civilizado são criados por meio de processos igualmente complexos e, em muitos casos, muito mais complexos - afinal, o fio de cobre é um produto relativamente simples. A imensa gama de produtos necessários para a vida não pode ser fornecida pelas comunidades presenciais de Bookchin, a menos que ele esteja disposto a substituir banheiros por privadas, pianos por túmulos, refrigeração por putrefação e equipamentos cirúrgicos por sofrimento e morte. Além disso, essas pequenas comunidades eliminariam uma das maiores ferramentas para reduzir o trabalho, já que, como o próprio Bookchin reconhece, "um dos meios mais eficazes de aumentar a produção" é "a divisão ampliada e sofisticada do trabalho".

É claro que Bookchin argumenta que foi essa mesma divisão que tornou o trabalho tão desumanizador. Sua oposição aos "conselhos de trabalhadores" que coordenam a produção em uma área ampla vem em grande parte do medo de que eles perpetuem essa condição. Acho que isso se baseia em uma percepção errônea. Não há muito o que criticar no desejo de Bookchin de que os indivíduos tenham a oportunidade de se envolver em uma ampla gama de atividades, incluindo manufatura, agricultura e administração - em contraste com a especialização mutiladora do trabalho atualmente. Mas isso não exige que a enorme variedade de funções produtivas que são exercidas atualmente seja abolida. Essa especialização pode continuar e até mesmo ser ampliada, enquanto a atividade real dos próprios produtores individuais se torna cada vez mais variada. De fato, a proposta de Bookchin eliminaria grande parte da diversidade que ele afirma ser seu objetivo, já que cada comunidade seria forçada a concentrar seus recursos limitados na produção das mesmas necessidades básicas por meio de uma divisão de

trabalho uniformemente simples. A variedade da vida moderna, sua gama de alternativas, é possível graças às atividades altamente diferenciadas que a compõem.

O verdadeiro caminho para abolir os aspectos mutiladores da divisão do trabalho está em uma direção diferente. Em primeiro lugar, é necessária uma aplicação racional da divisão do trabalho para reduzir ao máximo o tempo de trabalho necessário de cada indivíduo, de modo que a vida possa se tornar predominantemente um tempo livre para atividades realizadas por si mesmas, e não por necessidade. É claro que Bookchin concorda com isso em princípio, mas seu programa tornaria isso impossível na prática porque ele ignora as realidades econômicas nas quais essa liberdade deve se basear. Em segundo lugar, ela exige uma reorganização completa do processo de trabalho e da divisão do trabalho nas unidades de produção, de modo que os produtores participem e dirijam um processo completo, em vez de executar uma tarefa repetida sem pensar. Terceiro, requer o fim da identificação do indivíduo com uma única função na produção, por meio da oportunidade de se envolver em uma variedade de atividades durante qualquer período e de mudar de área de trabalho ao longo da vida. Esses são exatamente os tipos de possibilidades abertas pelo autogerenciamento da produção pelos trabalhadores.

Esse padrão, aliás, aperfeiçoaria muito a divisão do trabalho, ao mesmo tempo em que suprimiria o horror de todas as sociedades modernas, capitalistas ou socialistas, o mercado de trabalho. Sem dúvida, haveria uma responsabilidade universal de dedicar um determinado número mínimo de horas de trabalho. (Se isso seria imposto por lei ou apenas por um entendimento universal de sua necessidade, certamente será uma questão importante). Cada unidade produtiva prepararia uma lista de suas necessidades adicionais de mão de obra, e aqueles que estivessem procurando um novo trabalho poderiam essencialmente escolher entre as alternativas disponíveis. Com o indivíduo não mais moldado para se adequar ao trabalho, não apenas sua própria liberdade aumentaria, mas também a flexibilidade de todo o sistema.

Bookchin dedica um capítulo extenso aos desenvolvimentos tecnológicos que, segundo ele, tornam suas pequenas comunidades viáveis. Seu tom é eminentemente prático, mas seu conteúdo está na tradição da ficção científica - pegando avanços científicos genuínos e projetando-os muito além do que realmente existe. Por exemplo, um dos principais problemas das comunidades separadas, como vimos, é que os recursos

naturais não são encontrados uniformemente distribuídos pela terra, mas sim em depósitos concentrados. Bookchin propõe resolver esse problema extraindo os traços de urânio, magnésio, zinco, cobre, enxofre, cloro e outras substâncias necessárias à indústria que existem em rochas comuns, no solo e na água do mar. Ele argumenta que, se elas podem ser detectadas em laboratório, também podem ser extraídas para a indústria. Podemos argumentar com a mesma lógica que, como elas podem ser produzidas átomo por átomo no laboratório, podem ser produzidas dessa forma para a indústria.

Bookchin admite que essa extração consumiria tanta energia que a tornaria impraticável com as fontes de energia convencionais. Ele então sugere a energia solar como solução, já que a energia solar que atinge a Terra é 3.000 vezes maior que o consumo anual de energia da humanidade. No entanto, ele apresenta como seu modelo "um dos maiores" exemplos de uso da energia solar para a indústria um forno solar que derrete apenas 100 libras de metal por vez; a título de comparação, até mesmo os fornos elétricos miniaturizados de ferro-gusa que ele recomenda para comunidades descentralizadas produzem de 100 a 250 toneladas de ferro por dia e exigiriam quantidades correspondentes de energia. (Suas outras propostas de fontes de energia são ainda mais especulativas: barragens de maré, diferenciais de temperatura em corpos d'água e energia eólica, nenhuma das quais está sendo usada atualmente para fins industriais). Não há motivo para duvidar que a energia solar possa contribuir para o aquecimento de casas e o funcionamento de fogões, mas também há poucos motivos para acreditar que ela possa fornecer energia no nível necessário até mesmo para indústrias descentralizadas, sem falar nos processos de extração de recursos para os quais até mesmo as fontes de energia existentes são insuficientes. Bookchin dá seu último mergulho na ficção científica quando prevê "humanos do futuro" que simplesmente esquecerão os problemas da tecnologia e "ficarão no final de uma linha de montagem cibernética com cestas para levar as mercadorias para casa".

Bookchin pergunta se "uma sociedade futura será organizada em torno da tecnologia ou se a tecnologia já é suficientemente maleável para que possa ser organizada em torno da sociedade". Ele ressalta que podemos projetar uma máquina para fazer quase qualquer coisa se estivermos dispostos a investir os recursos; a partir disso, ele chega à conclusão de que podemos desenvolver a base tecnológica para qualquer tipo de sociedade que quisermos. De fato, essa é a principal premissa que sustenta sua afirmação de que

estamos no limiar de uma sociedade pós-escassez. Mas o fato lamentável é que, mesmo com a aplicação total das descobertas recentes, as limitações da tecnologia continuarão a existir e continuarão a impor limites às alternativas disponíveis para a sociedade humana. É claro que outras revoluções tecnológicas não são apenas possíveis, mas prováveis no futuro, abrindo um conjunto cada vez maior de possibilidades. Mas se estivermos defendendo uma revolução social hoje, devemos basear nossa alternativa social em possibilidades que são reais hoje, ou nossas propostas serão consideradas como ficção científica que de fato são.

A crença de Bookchin de que a tecnologia moderna permite que pequenas comunidades sejam autossuficientes acaba não sendo convincente. Mas sua discussão sobre tecnologias alternativas contribui para um processo importante. Temos a tendência de pensar no padrão de produção existente (assim como no padrão de sociedade existente) como uma estrutura fixa, que talvez possamos modificar, mas que não podemos alterar fundamentalmente. Um dos aspectos mais importantes da liberdade humana, entretanto, é o poder de mudar essa estrutura, de usar a tecnologia como quisermos. Bookchin nos mostra que, de fato, temos esse poder e que, dentro dos limites, podemos reestruturar a base técnica da sociedade como quisermos. A consciência desse fato é essencial para uma sociedade livre e racional; seu desenvolvimento é uma parte importante do processo revolucionário. Ao ignorar seus limites, Bookchin infelizmente faz com que a liberdade real que temos pareça um sonho utópico.

A ênfase de Bookchin em comunidades pequenas e face a face é resultado, em grande parte, de seu desejo de usar a tecnologia para "levar o homem além do reino da liberdade para o reino da vida e do desejo". De fato, toda uma dimensão de seu pensamento tem como objetivo construir uma sociedade que realize valores como comunidade, realização erótica, integridade, etc. Pessoalmente, tenho minhas dúvidas sobre propostas de reorganização social que vão "além do reino da liberdade" e tentam prescrever valores para o futuro. Se algumas pessoas em uma sociedade livre quiserem viver em comunas, tudo bem para mim, mas não vejo razão para me opor a alguém que queira ser um eremita, que queira viver em uma família nuclear ou que goste do anonimato que uma vida urbana permite. Da mesma forma, vejo todas as vantagens na sexualidade polimorfa, mas não vejo motivo para rejeitar o homo ou heterossexual exclusivo ou o celibatário. E, embora eu mesmo goste de uma variedade em minhas atividades, não vejo razão para desencorajar um indivíduo a buscar uma vocação

específica em nome da integridade. Bookchin usa a Grécia antiga para ilustrar suas ideias de comunidade e atividade completa. [Nota de rodapé: É um pouco enervante ouvi-lo defender Atenas da acusação de ser "uma economia escravagista que construiu sua civilização e sua generosa visão humanista sobre as costas de escravos humanos..." Seria de se esperar que um revolucionário se perguntasse como seria a democracia ateniense do ponto de vista de um escravo]. Apesar de todo o seu discurso sobre tirar nossa poesia do futuro, parece que ele participa da falha clássica do utopismo: projetar como desenvolvimento do futuro o lado "bom" do passado.

Estou particularmente incomodado com sua concepção das pessoas como cidadãos de uma comunidade, um conceito que ele extrai da antiga Atenas e da tradição democrática radical dos séculos XVIII e XIX. Não está claro o que ele quer dizer com isso, mas me incomoda um pouco, especialmente se ele levar a sério seu precedente ateniense; pois essa "comunidade", que ele descreve como "de caráter libertário tão bem-sucedido", entre seus poderes "bania os cidadãos indesejáveis" - ou, como sabemos no caso de Sócrates, os levava à morte. É claro que Bookchin não está defendendo esse tipo de coisa, mas qualquer pessoa com experiência pessoal em pequenas comunidades sabe que elas podem exercer um enorme poder sobre a vida de seus membros. Na verdade, sua comunidade total, com seu controle completo sobre todos os aspectos da existência do indivíduo, tem um potencial totalitário perturbador, seja qual for a retórica humanista do indivíduo arredondado na comunidade arredondada que o envolve. Gostaria que Bookchin dedicasse tanta atenção a essa ameaça potencial à liberdade quanto às ameaças decorrentes da coordenação econômica.

Além disso, o conceito de "cidadão" me parece ser exatamente o tipo de identidade abstrata que Bookchin é tão inflexível em atacar quando se trata de considerar as pessoas como trabalhadores. Acredito que, em uma sociedade livre, as pessoas não serão nem "trabalhadores" nem "cidadãos", mas simplesmente pessoas - pessoas que cooperam de várias maneiras para produzir o tipo de vida que desejam levar. Acredito que uma sociedade baseada em várias redes para atingir uma variedade de objetivos pode muito bem oferecer uma proteção maior para a liberdade do que uma comunidade total, cuja assembleia detém o poder total sobre todas as facetas da vida social. A abordagem de Bookchin, às vezes, parece mais próxima da "soberania popular" da teoria democrática do que da combinação de liberdade individual e atividade cooperativa da tradição anarquista em sua melhor forma.

É claro que Bookchin está certo ao atacar aqueles que veem a boa sociedade apenas em termos de uma reorganização do que hoje é considerado "a economia". Precisamos de novos conceitos nos quais o "planejamento econômico" não seja mais uma esfera separada, mas sim completamente fundida com o planejamento urbano, o planejamento ambiental, o planejamento residencial e similares. Tudo isso envolve ordenar o mundo material por meio da organização de nossa própria atividade. Bookchin argumenta que essa organização deve ter como objetivo tornar a dependência das pessoas em relação à natureza perfeitamente transparente. Eu acrescentaria outros objetivos que são igualmente importantes. Uma delas é tornar a interdependência humana evidente e compreensível, de modo que as pessoas possam compreender as necessidades sociais à medida que elas surgem e possam ver seu próprio poder de afetar o desenvolvimento social. Outro é fazer com que os objetos e processos físicos que criamos - edifícios, máquinas, cidades, estradas e outros - pareçam estar sujeitos ao nosso controle porque, na verdade, eles estão sujeitos ao nosso controle. Todos os três objetivos exigem coordenação social na escala mais ampla possível, bem como a liberdade e o poder de indivíduos e pequenos grupos.

Em sua seção sobre tecnologia, Bookchin se afasta um pouco de sua imagem de comunidades economicamente independentes. "Não afirmo que todas as atividades econômicas do homem possam ser completamente descentralizadas." "Dependendo dos recursos e da singularidade das regiões, um equilíbrio racional e humanista poderia ser alcançado entre autarquia, confederação industrial e uma divisão nacional do trabalho." No final, ele admite que haverá uma "categoria considerável de material que só pode ser fornecida por um sistema nacional de distribuição". Essa distribuição, ele admite, seria possível "sem a mediação de instituições burocráticas centralizadas". Essa abordagem, tão diferente da ideia principal de seu livro, é claramente a direção que devemos seguir ao pensar em uma sociedade alternativa, mas ele não tenta lidar com os problemas de coordenação econômica que isso parece implicar.

A chave para combinar essa coordenação em grande e média escala com o poder na base está na distinção de duas questões distintas, embora relacionadas. Uma delas é se um grupo especial - o Estado, a burocracia de planejamento, a liderança, o partido ou até mesmo os representantes dos trabalhadores nos conselhos de trabalhadores - separado do resto de nós, toma decisões sociais. A outra é o tamanho da unidade na qual ocorre a tomada de decisões. Bookchin e os descentralizadores em geral falam como se

o segundo determinasse o primeiro. Mas sabemos que comunidades pequenas e presenciais não são garantia contra o controle de uma minoria. Em muitas partes do mundo, as pequenas comunidades são governadas como feudos privados; em outros lugares, elas são dominadas por um pequeno grupo de anciãos poderosos, proprietários de terras, líderes de clãs ou similares. Tampouco há provas de que, se alguma organização verdadeiramente democrática é possível, ela não pode ser grande.

Toda a questão da escala da organização social foi obscurecida por essa confusão. As alternativas têm sido apresentadas como planejamento centralizado por um grupo separado, por um lado, e grupos locais independentes e autogerenciados, por outro. Esses têm sido os termos do debate tradicional entre socialistas estatais e descentralistas.

Se começarmos com o objetivo de estabelecer o máximo de poder sobre nossas vidas, teremos de nos opor a qualquer grupo especial de tomadores de decisão que esteja separado de nós. Mas isso não nos diz nada sobre qual escala de organização maximizará nosso poder e nossa liberdade.

Um aspecto central dessa questão é ignorado pelos defensores do planejamento central e das comunidades autônomas, ou seja, que diferentes níveis de organização são apropriados para diferentes tipos de problemas. Vejamos dois exemplos históricos que revelam o caos causado pela ignorância desse princípio. No discurso em que anunciou o fracasso de Cuba em atingir suas metas de produção de açúcar, Fidel Castro admitiu o caos resultante do controle excessivamente centralizado da economia cubana. Os tijolos eram fabricados em um local, mas nenhum transporte era providenciado para levá-los a outro local onde os trabalhadores estavam prontos para construir casas e escolas. Máquinas eram fabricadas, mas não havia ferramentas ou peças de reposição disponíveis para consertá-las quando quebrassem. A tentativa de gerenciar tudo a partir do centro, longe de levar a uma coordenação racional, resultou em ineficiência e desordem catastróficas. Entretanto, a independência local não é garantia contra esse destino, como sugerem as primeiras ferrovias americanas. Nos estágios iniciais da construção de ferrovias nos EUA, muitas cidades arrecadaram dinheiro e construíram suas próprias ferrovias. O resultado foi um sistema totalmente inviável de trechos curtos de trilhos seguindo cursos labirínticos e quase impossíveis de coordenar em operação. Algumas delas nem sequer se conectavam a nada. Somente com a organização de

empresas de grande porte foi possível desenvolver algum tipo de sistema de transporte utilizável a partir desse caos.

Felizmente, acredito que não estamos realmente diante de uma escolha entre comunidades separadas e independentes, por um lado, e uma autoridade ditatorial central, por outro. Pois o modelo de vários níveis interativos de organização que discutimos acima em relação à ecologia também pode ser aplicado à sociedade.

Um sistema de conselho multinível permite que os vários grupos afetados por diferentes decisões participem da tomada delas. O nível em que cada tipo de decisão é tomada será, sem dúvida, obtido com base no padrão existente, modificando-o experimentalmente e avaliando os resultados. Podemos ver alguns princípios, entretanto, que provavelmente afetarão o padrão final. Os recursos que não são distribuídos uniformemente pela Terra, como o cobre ou o petróleo, exigirão distribuição e coordenação em nível mundial. Os produtos necessários em pequenas quantidades, mas que exigem atividades complexas, sem dúvida serão produzidos em nível nacional ou internacional - o mundo pode precisar de apenas uma fábrica que produza bisturis para canhotos. Um sistema de transporte nacional talvez tenha de ser planejado nacionalmente, mas o curso local exato de uma estrada é de grande importância para qualquer comunidade, e as localidades poderiam ter grande poder sobre ele dentro da estrutura de um plano nacional. A arquitetura e a localização de um edifício têm tanto impacto local que as decisões sobre elas podem ficar totalmente nas mãos locais, mesmo para uma fábrica que produz bens em escala mundial. O projeto interno e o processo real de uma fábrica ou escritório não afetam ninguém mais do que aqueles que trabalham lá, e não há razão para que eles não tenham poder total sobre eles dentro das limitações técnicas da tarefa a ser realizada. É claro que esse sistema nunca poderá eliminar o conflito entre os vários níveis e interesses, mas isso ocorre porque ele reflete muito bem todos os vários interesses e necessidades das pessoas, que às vezes entram em conflito mesmo em um contexto de abundância. O objetivo desse sistema - e o critério pelo qual os níveis de tomada de decisão seriam alocados - é estabelecer para nós mesmos o máximo de controle possível sobre as condições de nossas vidas e, portanto, o máximo de liberdade possível.

Essa é a abordagem geral de muitos dos que defendem uma sociedade baseada em conselhos de trabalhadores, e devemos nos deter por um momento para discutir as

objeções de Bookchin a esse sistema como algo mais do que uma forma de transição. Podemos começar com sua crítica útil ao tipo de organização soviética que surgiu na Rússia na revolução de 1917. Esses eram órgãos de delegados eleitos por grupos de trabalhadores, camponeses e soldados, que inicialmente coordenaram a luta revolucionária e, após a revolução de outubro, tornaram-se o novo governo. Seus congressos nacionais, como aponta Bookchin, tornaram-se órgãos cada vez menos representativos, pois os soviets locais elegiam representantes regionais que, por sua vez, elegiam representantes nacionais. O poder real passou primeiro de um congresso nacional pesado de mais de 1.000 delegados para um comitê executivo de 200 a 300 e, por fim, para o Conselho dos Comissários do Povo - o gabinete bolchevique - à medida que as sessões dos grupos maiores se tornavam mais infrequentes e pro forma.

Bookchin oferece várias explicações para esse processo. Primeiro, ele foi incentivado pela estrutura hierárquica dos próprios soviets; presumivelmente, ele está se referindo às eleições indiretas e ao fato de que (como na democracia parlamentar) as ordens vinham de cima para baixo, justificadas pela natureza representativa atribuída ao regime. Em segundo lugar, as "raízes sociais" dos soviéticos eram muito limitadas para uma "verdadeira democracia popular". Com isso, Bookchin parece querer dizer que o povo russo não estava empenhado em governar a si mesmo. Ele diz que os batalhões militares que aderiram à revolução eram muito instáveis, o novo Exército Vermelho era muito bem controlado pelos bolcheviques, o exército regular era politicamente inerte e as aldeias camponesas estavam muito preocupadas com questões locais para manter os soviets vivos.

Até agora, sua análise parece aceitável. O problema surge quando ele tenta explicar por que os trabalhadores industriais, que foram deixados como a principal base dos soviets, não conseguiram resistir ao estabelecimento da autoridade bolchevique central. Bookchin argumenta que a fraqueza básica estava na natureza da própria fábrica. O poder social de uma determinada fábrica é limitado, pois sua existência depende de outras fábricas e fontes de matéria-prima. De acordo com Bookchin, isso torna impossível que o poder permaneça na base. A conclusão é central para todo o pensamento de Bookchin: uma revolução baseada em trabalhadores organizados no ponto de produção "cria as condições para uma estrutura política centralizada e hierárquica".

O que Bookchin não consegue ver é que é exatamente essa interdependência que torna os locais de trabalho poderosos. Nos primeiros dias da revolução, as fábricas foram assumidas por comitês de fábrica dos trabalhadores, que estavam se movendo rapidamente em direção à sua própria coordenação direta da produção. (Para uma discussão completa e documentada sobre esse processo, consulte *Bolsheviks and Workers Control*, de Maurice Brinton, publicado pela Solidarity e disponível na Root & Branch). Os trabalhadores ferroviários, que representavam a essência da inter-relação da produção, são um exemplo importante. No dia seguinte à tomada do poder pelos bolcheviques, o Comitê Executivo de Ferroviários de toda a Rússia, um sindicato que E.H. Carr descreve como "um gigantesco comitê de fábrica que exerce o controle dos trabalhadores" na administração das ferrovias, anunciou sua oposição à "tomada do poder por qualquer partido político" e ameaçou com uma greve geral. Seu poder foi suficiente para forçar os bolcheviques a voltar atrás e incluir os social-revolucionários de esquerda no governo soviético. Os bolcheviques, então, tentaram enfraquecer sua posição criando uma organização rival e dando-lhe autoridade para administrar as ferrovias, com o apoio do poder do Estado. Assim que os trabalhadores ferroviários foram divididos, os bolcheviques decretaram "poderes ditatoriais em assuntos relacionados ao transporte ferroviário". No entanto, em agosto de 1920, a oposição política dos trabalhadores ferroviários ainda era tão forte - e tão incapacitante para a economia - que Trotsky só conseguiu suprimi-la por meio da lei marcial e da expulsão sumária de seus líderes. Foi justamente para quebrar esse poder crescente dos trabalhadores no local de trabalho que os bolcheviques agiram contra os comitês de fábrica. Eles conseguiram esmagá-los não por causa de alguma tendência inerentemente centralista da indústria, mas por causa da desorganização total causada pela guerra, porque a classe trabalhadora russa representava apenas uma parte minúscula da população e porque uma grande proporção de trabalhadores estava disposta a aceitar o governo bolchevique.

Bookchin admite que, na revolução espanhola, "a autogestão da classe trabalhadora foi bem-sucedida". Ele atribui isso ao esforço consciente do sindicato anarco-sindicalista, o C.N.T., para limitar a tendência à centralização e ao poder contínuo exercido pelas assembleias locais sobre seus representantes e delegados. Os órgãos superiores do C.N.T. funcionavam essencialmente como órgãos de coordenação, e cada indivíduo, afirma ele, sentia-se pessoalmente responsável e pessoalmente influente em suas

políticas e atividades. Essa visão altamente idealizada dos eventos na Espanha contradiz o argumento de Bookchin de que as fábricas implicam uma centralização nacional do poder.

De fato, esse argumento não se sustenta, a menos que qualquer coordenação nacional seja considerada como centralização. Mas é exatamente isso que Bookchin faz. Ele contrasta nitidamente o que chama de formas "mediadas" e "não mediadas" de relações sociais. As relações face a face são não mediadas e boas; todas as outras são mediadas e ruins. Assim, para Bookchin, nosso inimigo não é apenas qualquer poder social que não controlamos; é qualquer forma de organização social grande demais para ser encontrada face a face. Até mesmo um sistema coordenado por delegados que nada mais fossem do que mensageiros de grupos presenciais seria mediado e, portanto, ruim.

Bookchin admite que as comunidades não podem ser pequenas o suficiente para se encontrarem pessoalmente e, ainda assim, grandes o suficiente para serem economicamente autárquicas em um padrão de vida civilizado. A coordenação entre grupos grandes demais para se encontrarem pessoalmente - relacionamentos mediados, nos termos de Bookchin - é inevitável, a menos que retornemos ao padrão de vida primitivo defendido por aqueles antitecnólogos que Bookchin já estigmatizou como "coletores de alimentos paleolíticos". O problema é como aqueles que estão na base podem manter o processo de coordenação em suas próprias mãos - pois, a menos que eles mesmos façam a coordenação, alguém certamente o fará e, assim, tomará o poder social. Bookchin deixa a porta perigosamente aberta para aqueles que argumentariam que, como a coordenação é necessária, uma burocracia central ou um estado para conduzi-la também é necessário. Os libertários fariam melhor se concentrassem sua atenção em como essa coordenação pode ser conduzida de baixo para cima, em vez de atacá-la completamente.

De fato, Bookchin modificou uma versão anterior de um ensaio para admitir que esses conselhos de coordenação não precisam se tornar focos de poder, se forem "limitados pelas relações diretas" do grupo face a face, "deixando as decisões políticas para este último". Ao discutir os comitês e conselhos especializados em um bairro, Bookchin sugere os meios pelos quais isso pode ser feito. "Eles devem ser responsáveis em todos os pontos perante a assembleia; eles e seu trabalho devem estar sob contínua revisão da assembleia; e, finalmente, seus membros devem estar sujeitos à convocação imediata

pela assembleia." É exatamente com base nesses princípios que os órgãos de coordenação "mediados" também podem funcionar sem se tornarem autoridades burocráticas centrais.

Além dos vários níveis de organização, um outro princípio dos sistemas biológicos e de outros sistemas é essencial para a concepção de uma sociedade com coordenação, mas sem autoridade: o princípio do feedback. No modelo clássico de planejamento socialista centralizado, um grupo de planejadores senta-se ao redor de uma mesa e elabora o plano, listando tudo o que deve ser produzido nos próximos cinco ou quantos anos forem necessários. Esse tipo de planejamento é, como Bookchin argumentaria, inerentemente centralista, burocrático e autoritário; a experiência tem mostrado que ele também é terrivelmente ineficiente, produzindo anarquia no sentido mais depreciativo. Mas há outros tipos de sistemas que atendem às necessidades dispersas de suas subunidades por meio de um tipo muito diferente de coordenação: a regulação mútua por meio de feedback. Os sistemas de controle de estoque computadorizado usados por grandes empresas atualmente - que regulam centenas de lojas e fábricas e milhares de produtos - ilustram a simplicidade essencial dessa abordagem. Em um sistema, por exemplo, um cartão perfurado acompanha cada item produzido. Quando esse item é vendido, o cartão é devolvido a um computador central, que soma as necessidades de todas as lojas para a reposição de cada produto. Essa informação é então transmitida às várias fábricas, que expandem ou reduzem sua produção de acordo com isso. Seu próprio estoque - as peças e os materiais necessários para o trabalho - é coordenado com os fornecedores exatamente da mesma maneira. Essa rede de informações permite que as diversas fábricas e lojas coordenem suas atividades, mantendo um nível estável de materiais necessários, sem que nenhuma delas detenha autoridade geral sobre as demais.

Podemos imaginar todo o processo produtivo de uma sociedade socialista como um sistema projetado para fornecer um fluxo constante das coisas que os indivíduos e as subunidades precisam e desejam. A coordenação econômica em qualquer nível de produção requer pouco mais do que o ajuste do nível de fluxo dos vários produtos, o que pode ser feito simplesmente alimentando as informações sobre as necessidades e comparando-as com o fluxo atual. Um monitoramento constante da flutuação do estoque proporciona uma verificação adicional.

É claro que o processo se torna mais complexo quando se deseja fazer uma mudança no sistema, por exemplo, um novo produto ou processo, uma mudança de local, uma combinação ou subdivisão de unidades, ou qualquer outra coisa. Antes de fazer alterações no processo de produção, as pessoas sem dúvida tentariam simular seus efeitos, usando modelos computadorizados de toda a economia para testar suas ramificações. Como a própria economia funciona com base em um princípio de feedback contínuo, os efeitos econômicos de qualquer mudança proposta seriam relativamente fáceis de rastrear. Assim, todas as pessoas afetadas pela mudança poderiam ter a oportunidade de participar da decisão sobre ela, após sua própria discussão e votação, por meio de representantes mandatados. Em seguida, a mudança poderia ser testada experimentalmente, seus efeitos sobre todo o sistema poderiam ser cuidadosamente monitorados e os ajustes necessários poderiam ser feitos. Com essa abordagem, é possível ter uma economia coordenada com planejamento contínuo, mas sem um Plano Central ou Autoridade de Planejamento.

III

Bookchin expressa um dos temas mais característicos do radicalismo da década de 1960, que a classe trabalhadora é uma defensora conservadora da sociedade existente, enquanto a "classe média" é tão psicologicamente manipulada e oprimida que é potencialmente revolucionária. "O proletariado", escreve Bookchin, "em vez de se desenvolver em uma classe revolucionária dentro do ventre do capitalismo, acaba sendo um órgão dentro do corpo da sociedade burguesa". Por outro lado, "o capitalismo, longe de oferecer 'privilégios' às classes médias, tende a degradá-las de forma mais abjeta do que qualquer outro estrato da sociedade... não há nada mais opressivo do que o 'privilégio' hoje em dia, pois os recônditos mais profundos da psique do homem 'privilegiado' são um jogo justo para a exploração e a dominação. " ¹

¹ Parece que ninguém é tão infeliz quanto o pobre garoto rico. A solução para a miséria dos privilegiados, entretanto, pode ser encontrada sem recorrer à revolução, se Bookchin estiver correto. Tudo o que é necessário é esclarecer os trabalhadores sem privilégios sobre as misérias dos afluentes, e eu prevejo com confiança que multidões de trabalhadores darão um passo à frente por vontade própria para assumir o ônus desses falsos "privilégios", aliviando a classe média de sua dor e permitindo que ela ocupe o lugar dos trabalhadores na fábrica, segura nesse órgão feliz da sociedade burguesa. Em seu recém-descoberto lazer e miséria, os trabalhadores poderiam até mesmo experimentar a "exploração e dominação" de suas psiques, o que os tornaria finalmente maduros para a revolução.

É claro que o ponto de vista de Bookchin reflete os fatos empíricos da época em que foi escrito. Durante a década de 1960, os jovens afluentes estavam em visível revolta; os trabalhadores industriais, em geral, não estavam. Mas é um grande erro extrapolar muito diretamente desse tipo de alinhamento de curto alcance das forças sociais para os conflitos de poder mais fundamentais que surgem em uma luta genuinamente revolucionária. Dois anos antes da revolução russa, os aristocratas estavam conspirando para assassinar os principais membros do governo, enquanto os trabalhadores ameaçavam linchar os bolcheviques nas lojas por sua posição contra a guerra. Se o movimento radical dos jovens de classe média na década de 1960 não pode ser descartado como mero diletantismo pequeno-burguês, tampouco pode ser visto agora como um movimento revolucionário sério, determinado a derrubar o capitalismo e toda a hierarquia. Talvez seja melhor vê-lo como a revolta de um segmento da sociedade que resiste à sua redução de profissionais livres para trabalhadores contratados; se, no processo, ele fez um desafio valioso aos valores da sociedade capitalista, dificilmente possuía a compreensão, o compromisso e, acima de tudo, o poder social para reverter essa proletarianização, muito menos para eliminar sua fonte. A recessão pós-1968 não deixou esse estrato mais feliz com sua sorte, mas está conseguindo forçá-lo a aceitá-la. Podemos esperar que esse estrato não se revolte novamente até que perceba que também está condenado a uma vida de trabalho árduo e que só pode escapar disso eliminando qualquer grupo separado que controle e explore o trabalho dos outros. Nesse momento, eles verão seus interesses como idênticos aos do restante da classe trabalhadora.

A concepção de Bookchin sobre a classe trabalhadora se apóia em três bases. Uma delas é o fato incontestável de que a luta da classe trabalhadora estava em baixa durante os anos em que a geração atual cresceu - aproximadamente de 1950 a 1965, anos também marcados pela relativa estabilização da economia capitalista. Os teóricos sociais da escola do "fim da ideologia" interpretaram esse fato como indicativo de uma mudança fundamental na sociedade ocidental. Muitos radicais, notadamente C. Wright Mills e Herbert Marcuse, embora atacassem a retórica do "fim da ideologia", aceitaram a premissa de que a classe trabalhadora não era mais uma força potencialmente revolucionária nas sociedades economicamente desenvolvidas. Essa premissa dominou o pensamento da Nova Esquerda até mais ou menos a época da greve geral de maio de 1968 na França. Desde aquela época, a suposição foi em grande parte destruída pelo ressurgimento da revolta e da ação direta da classe trabalhadora não apenas na França,

mas na Itália, Inglaterra, Tchecoslováquia, Polônia e, em menor escala, nos EUA e em outros países. Agora podemos ver essa teoria no contexto histórico. Todo período de expansão capitalista e relativa quietude da luta de classes produziu teorias do mesmo tipo, que tiveram ampla aceitação pública até que sua base factual desmoronou sob seus pés. Atualmente, estamos testemunhando outro colapso desse tipo.

A segunda base da atitude de Bookchin ecoa outra ideia popularizada pela escola do "fim da ideologia", a teoria do "autoritarismo" da classe trabalhadora. Durante a década de 1950, muitos sociólogos e historiadores argumentaram que as condições de vida da classe trabalhadora tornaram os trabalhadores um grupo com uma estrutura de personalidade autoritária, propenso a seguir líderes fascistas e a pisotear a liberdade. Bookchin argumenta que "nossos inimigos" incluem uma perspectiva apoiada pelo "trabalhador dominado pela hierarquia da fábrica, pela rotina industrial e pela ética do trabalho". Ele vê o trabalhador como alguém que deve se livrar de "sua ética de trabalho, sua estrutura de caráter derivada da disciplina industrial, seu respeito pela hierarquia, sua obediência aos líderes, seu consumismo, seus vestígios de puritanismo". Essa declaração expressa perfeitamente o desprezo moral com o qual a Nova Esquerda geralmente considerava os trabalhadores e explica de longe por que ela tinha tão pouco apelo para eles. A Nova Esquerda odiava e temia a classe trabalhadora e a considerava uma inimiga. Essa presunção dificilmente se torna algo comum em estudantes radicais, pois o capitalismo proporciona o privilégio de viver do trabalho de outros, levando uma vida relativamente livre da hierarquia da fábrica, da rotina industrial e, em suma, da necessidade de vender seu trabalho. Os trabalhadores, assim como outros, aceitam o exercício do poder sobre eles em muitas áreas da vida. Eles compartilham muitas das atitudes racistas e sexistas de nossa sociedade. Mas qualquer pessoa que pense que os trabalhadores gostam da hierarquia da fábrica ou da rotina industrial tem ampla oportunidade de aprender o contrário, bastando entrar na fila de emprego da fábrica mais próxima.

Chegamos à terceira base do argumento de Bookchin quando ele opta por "negar categoricamente" que "os trabalhadores são levados por seus interesses como trabalhadores a tomar medidas revolucionárias contra a sociedade hierárquica". A menos que Bookchin esteja usando "interesses como trabalhadores" de alguma maneira

peculiar e idiossincrática² , essa afirmação é, acredito, falsa. Qualquer pessoa familiarizada com o conflito diário com a autoridade dos trabalhadores em uma fábrica ou escritório, sem falar na história de rebeliões espontâneas contra ela em greves, ocupações e tentativas de estabelecer a autogestão, certamente seria cética em relação à afirmação de Bookchin. Os trabalhadores, enquanto trabalhadores, têm interesse em eliminar o poder de qualquer pessoa que possa dirigir e explorar seu trabalho, pois somente eliminando esse poder eles poderão obter o controle de seu próprio tempo e de sua própria parcela de recursos sociais. A diferença entre os trabalhadores - aqueles que não têm participação nos meios de produção da sociedade - e outras classes que têm, é que os trabalhadores não têm meios de escapar do poder da autoridade, exceto eliminar essa autoridade. Nesse aspecto, seus interesses são muito mais opostos à hierarquia do que os dos jovens afluentes que Bookchin celebra, que podem alcançar uma vida de relativa liberdade comprando um pedaço de terra no campo ou vivendo sem ter de trabalhar em tempo integral na cidade - tudo com base no subsídio dos pais, vantagens educacionais, conexões pessoais e outras formas de privilégio. É claro que essas pessoas podem ser a favor da revolução. (Aos olhos de muitas pessoas da classe trabalhadora, esse é apenas mais um aspecto de sua posição privilegiada; os jovens afluentes não precisam se preocupar com a perda do emprego, se forem presos podem contratar advogados sofisticados que os livram, e têm fundos e contatos para viajar pelo país acumulando prestígio e atraindo publicidade - sem mencionar as visitas com todas as despesas pagas a Hanói). A revolução é, sem dúvida, do interesse deles, na medida em que criaria uma vida melhor para a maioria deles como pessoas. Mas, ao contrário da classe trabalhadora, eles não se deparam com a revolução como a única alternativa a uma vida diária de trabalho exaustivo e brutalizante sob o domínio total do empregador, com uma renda apenas suficiente para se manter, pontuada por períodos de desemprego sem nem mesmo isso. Se isso não for suficiente para Bookchin fazer com que as pessoas se interessem em abolir o controle hierárquico de suas vidas, eu me pergunto o que será.

² Talvez ele queira dizer "interesses como trabalhadores" em contraste com "interesses como seres humanos". Talvez ele queira dizer que os interesses em liberdade, bens e serviços abundantes, autodireção, etc., são "interesses como seres humanos" em vez de "interesses como trabalhadores". Mas, nesse caso, todos os interesses seriam "interesses como seres humanos" e o conceito de "interesses dos membros de uma classe" não teria sentido. No entanto, eu diria que o conceito de interesses comuns de uma classe é extremamente útil, uma vez que grupos de indivíduos têm, de fato, interesses comuns decorrentes de uma situação comum na sociedade que difere da de outros grupos. Seus interesses são, obviamente, "humanos" no sentido de que são os interesses dos seres humanos - mas decididamente não no sentido de que são os interesses de todos os seres humanos.

Há um outro aspecto da situação da classe trabalhadora que merece ser mencionado. Em uma sociedade de proprietários independentes de propriedade produtiva, um indivíduo naturalmente vê o caminho para a liberdade como a obtenção de propriedade privada suficiente para se sustentar. Em uma economia moderna, no entanto, a maior parte do trabalho é feita coletivamente e, de fato, faz parte de uma colaboração geral de toda a classe trabalhadora. Um trabalhador dificilmente pode conceber que a base de sua liberdade esteja na propriedade individual de seu próprio trecho da linha de montagem. Assim, o único caminho para a liberdade da classe trabalhadora é a propriedade coletiva, e não individual, dos meios de produção. O problema de passar de soluções individuais para soluções coletivas para os nossos problemas - a necessidade crítica de superar o individualismo econômico - Bookchin ignora. É precisamente a situação dos trabalhadores como classe que fornece a base para a solução desse problema. É isso, e não a arregimentação da fábrica capitalista, como Bookchin insinua, que fez Marx ver a classe trabalhadora como a base de uma sociedade alternativa e coletiva³.

Algumas outras distorções de Bookchin sobre Marx não podem passar sem comentários:

De acordo com Bookchin, Marx acreditava que, após a revolução, as decisões sociais básicas seriam deixadas para "um poder estatal (...) um órgão coercitivo, estabelecido acima da sociedade". Mas essa interpretação é uma distorção completa de Marx, que sustentava que a "ditadura do proletariado" nada mais era do que a própria população trabalhadora armada. (Marx, sem dúvida, distorceu a posição anarquista de forma igualmente injusta em seus ataques a eles). Os escritos de Marx sobre a Comuna de Paris e sua Crítica do Programa de Gotha certamente não pedem um estado "estabelecido acima da sociedade". O pior que podemos dizer é que ele não conseguiu se separar completamente da tradição anterior de democracia revolucionária representada pelos jacobinos, embora sua evolução tenha se afastado constantemente dessa abordagem. O máximo que podemos acusá-lo é de não ter reconhecido

³ Bookchin faz uma crítica reveladora do movimento socialista; é lamentável que ele tenha perpetuado o hábito anarquista tradicional de responsabilizar Marx pelos pecados de todos aqueles que falam em seu nome. Isso é exatamente tão justo quanto o hábito marxista tradicional de retratar o anarquismo como nada mais do que o lançamento irracional de bombas ocasionalmente perpetrado em seu nome. Todo o movimento revolucionário foi enfraquecido durante um século pela irresponsabilidade de ambos os lados nesse debate; ambos distorceram sistematicamente as posições um do outro. A experiência histórica, longe de justificar qualquer uma das partes, mostrou que cada uma delas foi mais fraca justamente quando não aprendeu com a outra. Certamente, agora podemos renunciar às polêmicas estereis e sintetizar as percepções de ambas as tradições.

antecipadamente o perigo de um Estado "acima da sociedade" se desenvolver a partir do processo revolucionário e, portanto, não ter impedido o desenvolvimento de um socialismo de Estado estabelecido em seu nome. Mas, embora ele não tenha conseguido impedir o socialismo de Estado de hoje, é simplesmente falso afirmar que era isso que ele tinha em mente.

Bookchin afirma repetidamente que o pensamento de Marx está obsoleto porque agora vivemos em uma era de abundância e lazer em potencial, enquanto em sua época Marx só conseguia conceber um mundo de escassez e carência, mesmo sob o socialismo. No entanto, no cerne da visão de Marx sobre a história moderna estava sua compreensão do tremendo e contínuo crescimento da produtividade e do potencial que isso proporcionava para a redução drástica do empobrecimento e do trabalho. Embora Marx não tenha, obviamente, previsto os desenvolvimentos tecnológicos específicos dos últimos 100 anos, ele fez da tendência geral sua suposição mais básica. De fato, Bookchin até cita uma declaração de Marx e Engels que mostra que eles acreditavam que a sociedade comunista se basearia na superação da escassez. O desenvolvimento das forças produtivas, escreveram eles, é necessário para uma sociedade comunista, "porque sem ele a carência se generaliza e, com a carência, a luta pelas necessidades e todos os velhos negócios sujos seriam necessariamente reproduzidos". Essa não é a afirmação de teóricos incapazes de enxergar além do reino da escassez! O fato de que, para Marx, o reino da liberdade ainda não havia sido alcançado não implica, de forma alguma, que ele não pudesse ver sua possibilidade; até mesmo Bookchin admite que ainda estamos apenas no limiar da pós-escassez. Bookchin dá o golpe de misericórdia em seu próprio argumento quando admite que a revolução na tecnologia industrial da época de Marx significava "para o teórico revolucionário que, pela primeira vez na história, ele poderia ancorar seu sonho de uma sociedade libertária na perspectiva visível de abundância material e aumento do lazer para a massa da humanidade".

A discussão de Bookchin sobre a definição de Marx do proletariado é obscura demais até mesmo para ser declarada definitivamente falsa. Ele começa oferecendo-se para descartar a noção de que, para Marx, "qualquer pessoa é um 'proletário' que não tenha nada para vender além de sua força de trabalho". Mas ele imediatamente acrescenta que "Marx definiu o proletariado nesses termos". Em seguida, ele afirma que, para Marx, o proletariado se desenvolveu em sua forma mais avançada no proletariado industrial. Ele conclui seu caso afirmando que Marx preferia os trabalhadores alemães mais

disciplinados aos trabalhadores dos comércios de luxo de Paris. Parece-me que podemos "descartar" o argumento de Bookchin dizendo que, para Marx, "qualquer pessoa é um 'proletário' que não tem nada para vender além de sua força de trabalho". É claro que a classe trabalhadora "se desenvolveu", tanto antes quanto depois da época de Marx, junto com o desenvolvimento da economia capitalista; hoje ela inclui a maioria esmagadora da população. Mas esse desenvolvimento, infelizmente, dificilmente fez com que a grande maioria que não tem nada para vender além de sua força de trabalho deixasse de ser trabalhador.

Não estou fazendo essas observações para defender o marxismo como uma escritura sagrada. Há o suficiente para criticar o que Marx disse, no entanto, sem atacá-lo por coisas que ele não disse.

Bookchin, para seu crédito, reconhece especificamente que nenhuma revolução é possível nos Estados Unidos sem a participação da classe trabalhadora. Mas a própria maneira como ele analisa a polarização da sociedade torna essa participação menos provável e acaba reforçando aqueles que identificam a classe trabalhadora como inimiga da revolução. Por exemplo, certa vez ouvi Tom Hayden, talvez o mais próximo que temos de um protótipo dos radicais dos anos 60, dizer em particular que a revolução consistiria em uma luta violenta de jovens, negros e outras minorias contra o restante da sociedade, inclusive a classe trabalhadora dominante; ele achava que a classe trabalhadora poderia até participar, mas somente depois que a violência fosse usada contra ela. Esse estado de espírito e suas implicações desastrosas são capturados de forma brilhante no recente romance de Marge Percy, *Dance the Eagle to Sleep*. Nele, ela projeta uma revolta de jovens alienados que eclode no amado Lower East Side de Bookchin e se espalha pelo país, apenas para ser exterminada por aviões e tanques com o apoio da maioria da população. A polarização defendida por muitos radicais dos anos 60, se levada ao ponto da revolução, só poderia ter levado a essa catástrofe. Pois, como o líder de Percy reconheceu em desespero no final, "Ele só tinha pensado em tirar as crianças do sistema... No entanto, não se poderia vencer uma revolução violenta no centro do império com rifles contra tanques e aviões, se o exército lutasse contra você. Você não conseguiria vencer com uma minoria isolada." O colapso do movimento radical da década de 1960 pelo menos evitou esse holocausto. Se um dia ocorrer uma revolução bem-sucedida, ela se baseará nos problemas e nas experiências da grande maioria que compõe a classe trabalhadora, e não daqueles cuja posição privilegiada já

lhes permite simular a "pós-escassez". A contribuição desses últimos é, na melhor das hipóteses, profética.

O problema subjacente à abordagem de classe de Bookchin é que ele substitui as relações sociais por valores. Assim, ele escreve: "Todos os que vivem na sociedade burguesa têm 'raízes burguesas', sejam eles trabalhadores ou estudantes, jovens ou idosos, negros ou brancos. O grau de burguesia que uma pessoa se torna depende exclusivamente do que ela aceita da sociedade burguesa. Se os jovens rejeitam o consumismo, a ética do trabalho, a hierarquia e a autoridade, eles são mais 'proletários' do que o proletariado" Essa visão das questões sociais como sendo essencialmente sobre atitudes ou valores permeou o radicalismo da década de 1960⁴.

Bookchin considera isso um grande avanço, que nos permitiria "entrelaçar os elementos desgastados da ideologia socialista com o passado arcaico do qual eles derivam". Na verdade, não se trata de avanço algum, mas de um retrocesso ao tipo de idealismo em que ideias e valores são concebidos como a força motriz da história, sendo as instituições e atitudes sociais sua manifestação externa. Ele simplesmente ignora as diferenças muito reais nas situações de vida que as diferentes classes enfrentam. O grau de burguesia de uma pessoa não depende de seu estilo de vida, mas do grau em que ela está em posição de explorar o trabalho de outros ou, ao contrário, precisa ser explorada; um hippie milionário não é nem um pouco menos burguês, apesar de todo o seu desprezo pela ética do trabalho, pela hierarquia e pela autoridade; nem os trabalhadores podem se tornar burgueses vestindo bijuterias modeladas com base no material real dos ricos.

Não é de surpreender que, com essa abordagem, Bookchin reviva o socialismo utópico do século XIX, completo com comunidades ideais fundadas no deserto com o apoio de pessoas bem-intencionadas de todas as classes com base em uma visão de uma sociedade perfeita da qual todos sairiam ganhando. Bookchin escreve sobre o século XIX que "o reino da necessidade estava brutalmente presente; não podia ser evocado por mera teoria e especulação". O mesmo, infelizmente, continua sendo verdade hoje. A contribuição de Bookchin é lembrar-nos de que possuímos os meios para vencer essa

⁴ Curiosamente, isso também se assemelha à visão de Lênin de que a classe trabalhadora é incapaz de lutar por algo além dos ganhos dentro do capitalismo, a menos que uma consciência revolucionária seja trazida a ela pelos revolucionários mais esclarecidos da classe média, que rejeitaram a sociedade de classe média e se juntaram aos autoproclamados portadores da "consciência revolucionária".

situação, sugerir maneiras de fazê-lo e, acima de tudo, levantar questões sobre alternativas à configuração atual que, por muito tempo, não foram questionadas.

Jeremy Brecher responde

Link: <https://libcom.org/library/jeremy-brecher-responds>

Original: <https://files.libcom.org/files/2022-11/Root%20and%20Branch%204.pdf>

Todos nós enfrentamos o mesmo problema de passar do tipo de sociedade que temos para o tipo de sociedade que queremos. Eu esperava que Murray tentasse responder a algumas das questões que levantei sobre sua abordagem a esse problema. Em vez disso, ele parece ter aplicado o princípio de que a melhor defesa é um bom ataque. Ele faz poucas tentativas de responder às críticas ao seu livro e, em vez disso, ataca as supostas posições do crítico, de sua suposta tradição ou até mesmo das "seitas marxistas" às quais ele supostamente pertence. Essa pode ser uma boa tática de debate, mas eu gostaria que a resposta de Murray esclarecesse melhor as questões que tentei levantar.

Murray afirma que a "verdadeira questão entre Jeremy e eu" é se o marxismo é suficiente ou se deve ser transcendido, e "quanto ao resto, minha disputa com a análise de Jeremy se resume a uma série de problemas logísticos e administrativos". Murray, portanto, ignora perfeitamente todos os problemas concretos de organização social (não de "administração") que foram o cerne de minha crítica. Sua falta de vontade de lidar com essas questões é indicada pelo uso constante de frases como "Não vou entrar nesse tipo de bobagem" [etc.]. É assim que se esquivava das perguntas em vez de respondê-las.

Lamento que Murray sinta que distorci sua posição; esforcei-me bastante para apresentá-la com precisão. Concordo com ele que os leitores devem ler seu livro e julgar por si mesmos se eu fiz isso. No entanto, as duas únicas distorções específicas das quais ele me acusa não sustentam a acusação:

1. Murray diz que eu distorço sua posição ao retratá-lo como um crente em comunidades independentes, enquanto ele defende especificamente a integração regional. Mas essa é exatamente a contradição que eu estava tentando mostrar em minha análise. Por um lado, Murray se opõe a todos os grupos, exceto os "face a face", como

"mediados". (Essa é a base de sua crítica aos conselhos de trabalhadores.) Por outro lado, ele diz que não acredita em comunidades autárquicas, mas em integração regional. Sempre que se sente acusado de acreditar em um lado dessa contradição, ele aponta para suas declarações em favor do outro. Mas, de acordo com sua própria definição, os dois são mutuamente exclusivos: não é possível haver cooperação em larga escala sem relações "mediadas". Eu esperava que Murray esclarecesse essa ambiguidade central de sua abordagem em resposta à minha resenha; ainda espero que ele o faça em outro lugar.

2. Murray diz que eu faço com que ele pareça defender uma sociedade na qual uma tecnologia totalmente automática produziria todos os produtos necessários e as pessoas simplesmente os coletariam. Murray ressalta que, na verdade, ele considera esse estado de coisas algo a ser evitado. Os leitores da minha resenha se lembrarão, no entanto, que eu nunca disse que ele defendia tal coisa; na verdade, essa nem era a questão. A questão era sua crença de que essa é uma das opções sociais possibilitadas pelo desenvolvimento da tecnologia. Se Murray não acredita que isso seja possível, por que ele faz tanta questão de alertar contra isso? Isso é o que Murray chama de levar a arte da "citação seletiva" a um ponto que beira a "mentir com os dentes".

Fiz o que considerei ser algumas críticas bastante sensatas às expectativas de Murray em relação à tecnologia. Achei que, em sua resposta, ele poderia tentar me corrigir, valendo-se de seu considerável conhecimento. Em vez disso, ele promete ainda mais maravilhas: "Só a quantidade de material que acumulei sobre ecotecnologias (...) confundiria a imaginação bastante limitada de Jeremy". Estou pronto para ter minha imaginação confundida, mas espero que as novas maravilhas sejam um pouco mais convincentes do que as anteriores.

Murray parece fazer uma mudança básica em sua abordagem quando afirma que não acredita que as "classes médias" sejam "mais oprimidas do que os trabalhadores". Em contrapartida, em *Post-Scarcity Anarchism*, ele afirma que o capitalismo "tende a degradá-los de forma mais abjeta do que qualquer outro estrato da sociedade". Espero que ele esclareça seu ponto de vista, e se ele o mudou, em algum momento futuro.

Quanto à questão do "Geist", a questão não é se alguém acredita nele, mas de onde ele vem. A concepção de Pannekoek sobre a transformação "espiritual" da classe trabalhadora está enraizada de forma muito explícita nas relações sociais dos

trabalhadores entre si e com o capital. (Na verdade, fico surpreso ao ver o conselho de Murray para aprender com Pannekoek nesse ponto, já que sempre o considerei muito mecânico em sua visão de como as condições econômicas produzem o "Geist" da classe trabalhadora). É justamente a falta desse tipo de fundamentação nas condições reais de vida que, segundo argumentei, falta à teoria de Murray. No entanto, em vez de tentar lidar com essa crítica, Murray simplesmente a chama de "marxista" e, portanto, ruim.

Durante todo o texto de Murray, tive a estranha sensação de que ele estava realmente atacando outra pessoa, não a mim. Não sou, nem nunca fui, um marxista ortodoxo, neo, lukacsiano ou gramsciano. Longe de ter ficado distante do movimento e da cultura radicais dos anos 1960, em um suposto desprezo marxista, participei ativamente da maioria de suas fases; isso constituiu minha experiência política básica. Mas, assim como Murray acha que devemos "transcender" o marxismo no sentido de incorporar o melhor dele e ir além (um pensamento com o qual concordo plenamente), também acho que devemos transcender esse movimento da mesma forma. Minha resenha foi, em parte, uma tentativa de iniciar esse processo. Não descrevi Murray como um cripto-naturalista nem o acusei de defender uma revolta no Lower East Side; pelo contrário, indiquei que ele se diferencia dos antitecnólogos e o elogiei especificamente por reconhecer que nenhuma revolução é possível nos EUA sem a participação da classe trabalhadora. Longe de negar que as pessoas mudam a si mesmas e seus relacionamentos à medida que mudam a sociedade - presumo que seja isso que Murray quer dizer com o "novo eu" -, escrevi um livro recentemente com esse tema central. Longe de acreditar que houve pouca mudança na consciência dos trabalhadores desde a década de 1860, estou atualmente trabalhando em um livro cujo objetivo é mostrar como as atitudes dos trabalhadores estão mudando e por quê. A única função que consigo ver para a caricatura que Murray fez de mim é reforçar sua alegação de que minhas perguntas não precisam ser levadas a sério. Esse tipo de argumento ad hominem é, mais uma vez, uma boa tática de debate, mas não é muito útil para sairmos desse sumidouro em que vivemos e chegarmos a algum tipo de sociedade decente.

Root & Branch No. 4 (1973), pp. 30-31